ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
#ANFIPNACIONAL

Linha Direta

#23 • ANO XXX • MAIO/2023

ANFIP divulga parecer sobre ações da paridade do Bônus

A ANFIP se reuniu com a equipe do escritório do jurista Carlos Velloso, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), patrono da ação coletiva sobre paridade no Bônus de Eficiência e Produtividade, atualizando o andamento do processo e a repercussão das ações ajuizadas nos Juizados Especiais Federais, após julgamento ocorrido na Turma Nacional de Uniformização (TNU).

Na oportunidade, a Entidade solicitou parecer sobre a situação, pois muitos associados optaram por ajuizar ações individuais, uma vez que o trâmite no Juizado Especial é mais célere. A íntegra do parecer está disponível na área restrita do site – **acesse aqui**.

Importante ressaltar que o julgado da TNU não tem efeito vinculante, ou seja, não obriga os juízes a terem o mesmo entendimento. Desta forma, a decisão pelo ajuizamento é individual e, caso haja derrota, o associado não poderá executar a ação coletiva, caso esta seja procedente.

Debate internacional sobre sistema tributário acontece dia 29/5; assista pela TV ANFIP

Como preparação para o Fórum Internacional Tributário – FIT 2023, que é o maior evento brasileiro sobre tributação, a ANFIP, a Fenafisco e o Sindifisco Nacional, com apoio da Fenafim, promovem no dia **29 de maio**, a partir das **14 horas**, o debate "Tributação da renda, da riqueza e do consumo: o Brasil na contramão da OCDE". O **PréFit** será realizado no Auditório Freitas Nobre da Câmara dos Deputados e as inscrições podem ser feitas **aqui**. O evento também **será transmitido pela TV ANFIP**.

Participam deste primeiro encontro, como palestrantes, Alexander Klemm, chefe da Divisão de Política Tributária do Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI); e Alberto Barreix, economista do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que falam sobre "Tributação da renda, da riqueza e do consumo: a experiência internacional e o Brasil". Também serão debatidas as "Perspectivas da reforma tributária no Brasil", com Manoel Procópio, do Ministério da Fazenda.

Os especialistas abordarão o fato de que o país está na contramão dos membros da OCDE quanto à participação relativa dos tributos sobre a renda, riqueza e consumo na carga tributária. O FIT 2023 reforça a importância de que a reforma tributária brasileira deve ser ampla, visando não apenas a eficiência econômica, como também a redução das desigualdades.

Auditor Fiscal esclarece dúvidas sobre declaração do IR
PÁGINA 2

ANFIP protesta contra aprovação do PLP 93/23
PÁGINA 4

Estaduais promovem homenagens às mães
PÁGINAS 6 e 7

ANFIP realiza live sobre impacto do IVA no Sistema Tributário Brasileiro

Na próxima quinta-feira, dia **1º de junho**, às **10 horas**, a ANFIP promove mais um debate relacionado à Reforma Tributária com transmissão pela **TV ANFIP**. Será abordado o impacto do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) no Sistema Tributário Brasileiro, previsto nas propostas que tramitam no Congresso Nacional (PECs 45/19 e 110/19).

Nesta edição do ANFIP Debates, o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, recebe a Consultora Internacional do Centro de Cidadania Fiscal (Ccif) e Diretora de Cursos na York University, **Melina Rocha**, e o mestre em Ciências Contábeis **Paulo Henrique Pêgas**, para discutir o modelo de tributação.

Inscreva-se aqui e ative o sino para receber a notificação do evento. Não fique de fora deste debate tão importante para o desenvolvimento do país!

Auditor Fiscal esclarece dúvidas sobre a declaração do IR

A TV ANFIP recebeu, em 25 de maio, o Auditor Fiscal Leônidas Quaresma, especialista em Imposto de Renda, para falar sobre as principais mudanças da declaração de ajuste anual quanto ao recebimento de precatórios. A live foi mediada pelo vice-presidente de Política de Classe e Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, com participação da jornalista Thayná Cavalcante.

Segundo Quaresma, a questão do precatório se tornou importante pois recentemente o Supremo Tribunal Federal decidiu que os juros pagos sobre rendimentos de trabalho atrasados são isentos. Então, quem recebeu precatório deve buscar a informação de quanto é o principal e de quanto são os juros do valor recebido, que devem ser declarados em seus respectivos campos; o principal nos rendimentos recebidos acumuladamente e os juros na aba isento e não tributáveis. "Isso faz toda diferença. Se o calculista do juízo fez a conta correta, em tese, o contribuinte ficaria no zero a zero, nem pagar nem restituir", explicou.

Porém, o Auditor Fiscal adiantou que, em se tratando de precatório ou requisições de pequeno valor (RPVs), quase sempre o contribuinte cai na malha fina em decorrência de divergências de informações, já que o banco tende a informar o valor total, em vez do principal. Ainda que isso aconteça, Quaresma orientou que aqueles que receberam valores atrasados não se prejudiquem por medo da malha. "Façam a declaração da maneira correta e depois apresentem os documentos à Receita Federal", disse, destacando que a própria RFB pode, em algum momento, identificar esse problema e já proceder as alterações necessárias.

Durante a apresentação, Quaresma respondeu a vários outros questionamentos. A live está salva na TV ANFIP e pode ser assistida a qualquer momento. Confira na descrição do vídeo os temas abordados. Ao clicar no tema e tempo indicados, a gravação vai direto para o ponto da explicação. O prazo final para a entrega da declaração do IRPF é dia 31 de maio, até a data ainda é possível retificar as informações. Confira a live completa aqui.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **LINHA DIRETA** para o email:
comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

Editora
Ludmila Machado

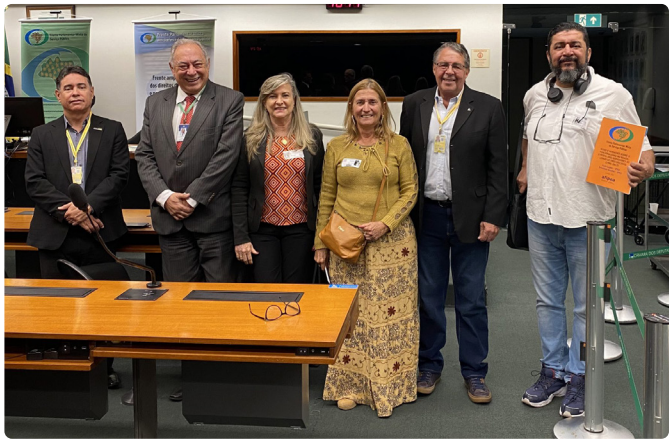
REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

Editoração eletrônica
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
#ANFIPNACIONAL

www.instagram.com/anfipnacional www.facebook.com/anfip.nacional www.twitter.com/anfipnacional www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP e Frente do Serviço Público avaliam arcabouço fiscal e reunião com MGI



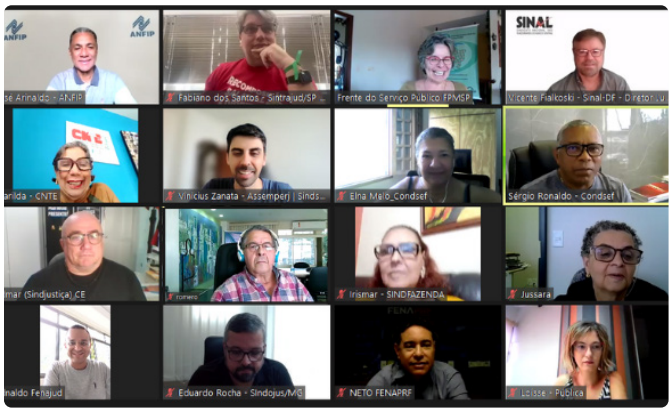
Em reunião na Câmara dos Deputados, realizada no dia 24 de maio e coordenada pelo presidente da ANFIP, Vilson Romero, as lideranças das entidades participantes da Frente Parlamentar do Serviço Público debateram os diversos aspectos do texto final do Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/2023, que trata da implementação de novas regras fiscais para a União.

Os efeitos da proposta são voltados, especialmente, para a possibilidade de congelamento da folha de salários dos servidores civis da União, do cancelamento de concursos públicos e reestruturação de cargos e carreiras, além de outros impactos que estarão diretamente relacionados ao cumprimento das metas vinculadas ao comportamento da arrecadação tributária federal.

Durante o encontro, o consultor legislativo Vladimir Nepomuceno colaborou com o esclarecimento das dúvidas dos dirigentes. Em seguida, foram dados os informes sobre a reunião ocorrida na tarde do mesmo dia, no Ministério da Gestão e da Inovação nos Serviços Públicos (MGI), entre autoridades e dirigentes das centrais sindicais e dos Fóruns das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Conforme explicaram o presidente da Pública Central do Servidor, José Gozze, e o integrante do Fonasefe, David Lobão, o objetivo foi a apresentação do novo secretário de Relações do Trabalho, José Lopez Feijóo, que coordenará as negociações de servidores civis do Executivo com o governo federal. Ao mesmo tempo, foi distribuída uma **minuta do protocolo** de instituição formal da Mesa Nacional de Negociação Permanente para análise das entidades. Por fim, ficou agendada uma nova reunião para o dia 21 de junho, quando o documento deverá ser aprovado.

A coordenadora da ONG Auditoria Cidadã da Dívida e o presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate), Antonio Carlos Fernandez, também participaram do encontro.



Reunião - As entidades que integram a Frente Parlamentar realizaram ainda reunião, no dia 22 de maio, para discutir ações contra a aprovação do novo arcabouço fiscal. Pela ANFIP, participaram o presidente Vilson Romero e o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, que coordenou o encontro.

Vilson Romero propôs a elaboração de nota pública em nome da Frente, reafirmando o posicionamento e expondo os pontos prejudiciais para os servidores trazidos pelo PLP.

GT discute propostas de tributação para comércio digital

O presidente da ANFIP, Vilson Romero, e o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, acompanharam, em 23 de maio, na Câmara dos Deputados, a audiência pública do Grupo de Trabalho sobre Alternativas Digitais de Tributação e Desburocratização, que teve como tema a "Incidência de impostos e a digitalização da tributação de produtos adquiridos pela internet".

Segundo os representantes do varejo e do comércio em geral, o mercado de comércio eletrônico movimentou cerca de US$ 5,55 trilhões no mundo inteiro em 2022. Foi destaque na discussão a adequação do processo de fiscalização e tributação de compras internacionais (*cross border*), transações realizadas com elevados níveis de sonegação por parte de empresas estrangeiras.

A secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Tatiana Prazeres, destacou que o órgão está comprometido com o combate a práticas desleais e ilegais de comércio e com o reforço de competição justa. "São muitos os desafios, mas não há dúvidas em relação à urgência do tema", disse.

O objetivo das discussões do grupo, segundo o relator do GT, deputado Julio Lopes (PP/RJ), é justamente sugerir alternativas e trabalhar pela digitalização das cadeias de impostos, diminuindo a burocracia para fazer do Brasil um país simples, próspero e melhor para viver.

Também participaram como debatedores Jorge Gonçalves Filho, presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV); Fernando Pimentel, CEO e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit); e John Edwin Mein, coordenador-executivo da Aliança Pró Modernização Logística de Comércio Exterior (Procomex).

ANFIP protesta contra aprovação do PLP 93/23 em lançamento de cartilha da ACD

Com a presença de representações sindicais e associativas e de diversos parlamentares, a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) lançou, na Câmara dos Deputados, no dia 23 de maio, a cartilha Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

O momento também foi marcado por um protesto coletivo contra a aprovação do PLP 93/23, projeto do arcabouço fiscal que limita os investimentos públicos e possibilita o congelamento do salário dos servidores em detrimento da continuidade do pagamento dos juros da dívida.

O presidente da ANFIP, Vilson Romero, entende que é preciso reforçar o debate, ainda que haja dificuldade de se conseguir de fato auditar a dívida pública. "O serviço da dívida, envolvendo juros e amortização, leva quase metade do orçamento geral da União, cerca de 46% são destinados ao pagamento da dívida pública federal", frisou, o que representa quase R$ 1,8 trilhão sendo repassados aos que lucram com o sistema.

Também acompanharam a cerimônia, pela Associação, o vice-presidente de Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, e a associada Rita Felicetti.

Maria Lucia Fattorelli, coordenadora da ACD, lamentou que o Brasil viva continuamente em escassez, mesmo sendo um dos países mais ricos do mundo. O cenário, segundo ela, é resultado do modelo econômico adotado há décadas, que privilegia o pagamento de juros da dívida e impõe cortes e contingenciamentos sucessivos às despesas primárias, destinadas à estrutura do Estado. "Só o lado das despesas primárias é cortado, contingenciado e submetido a teto. A despesa financeira não tem limite", argumentou Fattorelli.

A coordenadora da ACD criticou ainda a política de juros. "A cada 1% de aumento da Selic, o gasto anual com juros da dívida, segundo dados do Banco Central, chega a R$ 40,1 bilhões", destacou. O gasto extra com o aumento da taxa básica de juros chega, portanto, a quase meio trilhão de reais no ano. "De onde sai o dinheiro? Do contingenciamento na educação, segurança, saúde e de toda estrutura do Estado", disse. Para Fattorelli, o teto coloca as áreas sociais para brigarem entre si, enquanto o gasto da dívida rola à vontade. "A dívida vai ser paga à custa de vidas", lamentou.

A cartilha da ACD, que pode ser baixada **aqui**, é um instrumento contra o discurso de cortes sociais e apresenta alternativas de como limitar a taxa de juros. As mais de 70 associações, sindicatos e movimentos sociais que apoiaram a produção do documento, entre elas a ANFIP, buscam ainda o lançamento da Frente Parlamentar sobre o Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida com Participação Popular, que está em processo de coleta das assinaturas parlamentares necessárias para sua instalação.

Entidades da Pública monitoram formalização da Mesa Nacional de Negociação

O presidente Vilson Romero participou do encontro virtual da Pública Central do Servidor, em 25 de maio, com as entidades representativas dos servidores públicos que a integram, entre elas a ANFIP.

Os dirigentes discutiram as próximas ações dado o início do processo de formalização da Mesa Nacional de Negociação Permanente por parte do governo federal. Em reunião entre o ministério da Gestão e Inovação e as entidades de classe, foi apresentada a minuta do protocolo estabelecendo princípios, funcionamentos e requisitos para composição da Mesa.

A iniciativa tem como objetivo proporcionar um espaço contínuo de diálogo e negociação para questões relacionadas ao serviço público e às reivindicações dos servidores federais, visando melhorias na qualidade dos trabalhos prestados à população. A minuta está sendo analisada pelas entidades, que terão até 12 de junho para sugerir alterações ao protocolo.

Para melhor organizar as ações da Pública na Mesa Nacional, Vilson Romero sugeriu uma análise das entidades já filiadas à Central e um mapeamento das pautas comuns, a fim de garantir assertividade na representação das carreiras do funcionalismo público. A importância das Mesas Setoriais e das discussões envolvendo estados e municípios também foi destacada.

SouGov.br responde dúvidas mais comuns sobre uso da plataforma

O SouGov.br, plataforma gerida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, foi criado há dois anos e atualmente oferece mais de 100 serviços de gestão de pessoas, tanto no formato web quanto em aplicativo.

As funcionalidades da plataforma são várias e é comum o surgimento de dúvidas quanto à utilização de cada uma delas. Por isso, na página eletrônica do SouGov.br, há um FAQ atualizado e completo com respostas para as dúvidas mais frequentes entre os usuários (**confira aqui**).

No FAQ, estão dispostos, em ordem alfabética, 43 tópicos de assuntos detalhadamente explicados. Temas como segurança, auxílio moradia, certificado digital, ficha financeira atual, licença para capacitação e pagamento de substituição fazem parte da página que reúne as orientações, criada para facilitar ainda mais a navegação pelo SouGov.br.

Dentre as funcionalidades da plataforma, o detalhamento de valores do contracheque, por exemplo, está entre as mais procuradas pelos servidores públicos e pensionistas. Caso haja algum tipo de dúvida quanto a este tema, basta recorrer ao FAQ, onde estão exibidas cinco perguntas com as devidas respostas em torno do assunto.

Com informações do SouGov.br

Na Câmara, ANFIP acompanha debates na Subcomissão da Reforma Tributária

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, acompanhou as discussões da Subcomissão Especial da Reforma Tributária, em audiência pública realizada no dia 24 de maio, na Câmara dos Deputados. A sessão foi presidida pelo deputado federal Chiquinho Brazão (União/RJ), que defendeu uma reforma que favoreça o contribuinte e o desenvolvimento das atividades econômicas no país.

O coordenador do grupo de trabalho da reforma, deputado federal Reginaldo Lopes (PT/MG), também se pronunciou, ressaltando os consensos em torno das propostas, a exemplo da unificação dos impostos sobre o consumo e da criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Além de maior transparência para o consumidor e maior eficiência nos gastos públicos, o coordenador defendeu uma tributação de incidência ampla, visando aumentar a arrecadação, sobretudo ao tributar a economia digital, e combater parte da elisão fiscal presente na base tributária.

Por sua vez, o presidente da Comissão Finanças e Tributação (CFT), deputado federal Paulo Guedes (PT/MG), falou sobre a importância de debater com a sociedade e a expectativa envolvendo a reforma tributária. "É uma questão de justiça com todas as classes, gerando mais riqueza, distribuindo mais renda e gerando mais empregos no Brasil. Nós precisamos incentivar o crescimento do país e, para se ter crescimento, é preciso ter regras claras, mais justas e mais simplificadas", disse.

Outros palestrantes, como os economistas Luiz Carlos Hauly e Fábio Bentes, trouxeram pontos relevantes sobre governança, progressividade, desigualdade fiscal, desoneração da folha e os impactos da reforma para os estados e municípios (**confira aqui**).

Tramitação - No dia 23 de maio, após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o relator da Reforma Tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), afirmou que o parecer do grupo de trabalho que discute a proposta deve ser apresentado no dia 6 de junho. Após esta data, começarão as negociações com as bancadas dos partidos. A expectativa é de que a matéria seja votada no plenário da Casa antes do recesso parlamentar, com início em 18 de julho.

ANFIP e MCCE planejam ações contra projeto que anistia partidos políticos

O presidente Vilson Romero e o vice-presidente de Política de Classe e Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, participaram da reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), realizada em 24 de maio, em formato híbrido, para análise e discussão, principalmente, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 09/2023, do deputado Paulo Magalhães (PSD/BA), que libera os partidos para o não cumprimento das exigências legais vigentes.

Na prática, a PEC anistia os partidos e proíbe a aplicação de sanções àqueles que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores mínimos em razão de sexo e raça em eleições, bem como as prestações de contas anuais e eleitorais.

Por isso, na reunião, os dirigentes que integram o MCCE avaliaram ações a serem realizadas a fim de mobilizar a sociedade e pressionar os parlamentares sobre o conteúdo da proposta, que é claramente inconstitucional e fere os princípios republicano, democrático, da igualdade e da moralidade, não devendo sequer ser objeto de deliberação.

Vilson Romero sugeriu que o grupo considere a elaboração de emendas ao texto, além de manter o trabalho pela rejeição da PEC. "Esse é um debate que também precisamos fazer. Dentro do Congresso, infelizmente, parece que os parlamentares estão pouco se lixando para a opinião pública. Para ter maior amplitude do nosso movimento, talvez seja interessante fazer, ainda, uma denúncia para algum organismo internacional", disse.

O presidente da ANFIP também enfatizou a necessidade de preparar estratégias para a atuação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a proposta. "Temos que nos preparar para atuar na Corte Superior, mas também na Comissão Especial".

Ficou decidido, na ocasião, que será criado um fórum permanente em defesa da democracia, com participação de representantes de todos os segmentos da sociedade.

Também estiveram na pauta da reunião o Projeto de Lei Complementar 112/2021 (Código Eleitoral), que tramita no Senado Federal e que pode ser votado ainda no primeiro semestre do ano; questões envolvendo o Grupo de Trabalho da Diversidade; e a prestação de contas da Secretaria Executiva do MCCE, exercício 2019 a 2021.

AÇÃO FISCAL

Receita Federal deflagra operação contra venda de produtos falsificados

A Receita Federal iniciou no dia 24 de maio a operação "Time de Várzea" na região do Brás, no centro de São Paulo, com apoio da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo. O nome da operação decorre da grande quantidade de camisas de times de futebol falsificadas à venda no local.

A ação se concentra em um shopping onde foi verificada a venda por diversos estabelecimentos de mercadorias contrafeitas fruto de contrabando.

Devido ao volume de mercadorias, a expectativa de apreensão é de R$ 4 milhões em valor de mercado. O montante de tributos federais sonegados correspondente às mercadorias apreendidas é estimado em R$ 2 milhões.

A prática identificada lesa comerciantes, importadores e produtores brasileiros que atuam na legalidade, subtrai empregos legítimos e sonega tributos, que deixam de ser recolhidos aos cofres públicos.

São violados direitos autorais e de marcas, desestimulando o investimento por empreendedores legítimos no Brasil, e há notória violação de direitos dos consumidores com produtos clandestinos e que não atendem a requisitos de segurança.

A ação resulta em prejuízo de milhões para o crime organizado. Além da perda das mercadorias apreendidas, os responsáveis serão representados pelo crime de contrabando e de outros afins.

A Guarda Civil Metropolitana auxilia com a preservação do perímetro do local, garantindo a segurança das diligências.

A Receita Federal permanece vigilante, utilizando seu treinamento e todas as ferramentas disponíveis para identificar ilícitos e atuar de maneira precisa nos principais pontos de distribuição de contrabando do país. Mais ações do tipo podem ser esperadas para os próximos meses.

Fonte: Receita Federal

ESTADUAL

RJ: Estadual realiza bingo em encontro festivo

A ANFIP-RJ, Estadual no Rio de Janeiro, realizou homenagem às mães, no dia 18 de maio, com uma programação descontraída, cheia de entretenimento e momentos de alegria. Como ponto alto do evento, foi realizado um bingo entre os participantes. A atividade foi bastante elogiada pelas associadas, associados e seus familiares.

Na ocasião, também foram realizados sorteios de brindes e todas as mães presentes ganharam uma necessaire.

Atendendo à solicitação dos associados, a ANFIP-RJ promoverá mais encontros e confraternizações. Os interessados devem entrar em contato e agendar presença pelos telefones 99464-6911 (Rosana), 97527-4138 (Jéssica), 97147-5183 (Henrique) e 99452-9761 (Teresa), todos com código de área 21. Os sócios exclusivos da ANFIP nacional também podem participar.

ANFIP-PB homenageia mães em confraternização com associados

O Conselho Executivo da Estadual da ANFIP na Paraíba (ANFIP-PB) prestou homenagem às mães associadas e às esposas dos associados, no dia 19 de maio, em evento realizado na sede da entidade.

O momento que mais emocionou e que ficará marcado na memória dos participantes foram as homenagens que os netos fizeram às suas mães e avós presentes.

Com muita alegria, empolgação, boa conversa e música, a atividade também serviu para comemorar os aniversários dos meses de abril e maio. Um jantar foi oferecido aos participantes, que aproveitaram ainda o espaço de dança, deixando o evento ainda mais festivo e animado.

A ANFIP-PB considera que este foi mais um importante momento da história da entidade.

ANFIP-MG comemora aniversariantes do semestre e Dia das Mães

Os associados mineiros celebraram, com muita alegria e alto astral, o Dia das Mães e os aniversariantes do primeiro semestre de 2023, no dia 19 de maio, na sede da Estadual de Minas Gerais (ANFIP-MG), em Belo Horizonte (MG).

O evento contou com animação do cantor Clayton Homem, que embalou a festa com diversos hits do pop e da MPB, dentre outros estilos.

Em breve fala, o presidente da entidade, Décio Bruno Lopes, parabenizou todas as mães presentes, anunciou a comemoração do aniversário dos associados e convidou o público para cantar os parabéns.

No final da festa, as mães convidadas receberam um mimo em homenagem ao seu dia.

Clique **aqui** para ver a galeria de fotos do evento.

BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Cuide de sua pele com descontos imperdíveis na plataforma de benefícios da ANFIP

Na plataforma de benefícios **ANFIP Tem +Vantagens** os cuidados com a sua pele estão garantidos e, o melhor, com muitos descontos. Marcas renomadas, como Eucerin, Clinique, Estée Lauder, L'Occitane, Care e Ikesaki, oferecem condições especiais em vários produtos. Acesse e confira!

FALE COM A ANFIP

GERAL
(61) 3251-8100
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES
3004-1200 (custo de ligação local)
(61) 99973-5776 (WhatsApp)
E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

CADASTRO
(61) 99938-4548 (WhatsApp)
E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL
(61) 98289-5150 (WhatsApp)
E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO
3004-9197 (custo de ligação local)
(61) 98176-9051 (WhatsApp)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA
E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA
(61) 98151-7925 (WhatsApp)
E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS
3004-9196 (custo de ligação local)
(61) 98366-6006 (WhatsApp)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800 606 7272
Geap: 0800 728 8300